ESTADO DE SÃO PAULO 08 JUL 1989

Congresso pode concluir na terça medidas contra inflação

O conjunto de medidas para frear a inflação e assegurar a governabilidade do País até a posse do novo presidente, em estudo no Congresso, inclui propostas para preservar o poder aquisitivo dos assalariados, elevar as alíquotas do Imposto de Renda para os de maior rendimento, garantir os títulos da dívida pública e extinguir as mordomias, com a venda de imóveis e veículos não essenciais. O deputado federal Osmundo Rebouças (PMDB-CE) informou ontem, em São Paulo, que o texto final será preparado numa reunião terça-feira, em Brasília, entre os parlamentares que estudam o plano antiinflação: "Ainda não sabemos se sairá uma medida provisória ou projeto de lei, pois isso só será definido após discussão com o governo, para evitar o confronto entre Executivo e Legislativo".

O objetivo das medidas, em torno de 20, afirmou o deputado, será apenas conter a escalada inflacionária, já que "as mudanças mais profundas ficarão sob responsabilidade do próximo presidente". Segundo Rebouças, as negociações em torno dessas propostas contam com o apoio de 85% das bancadas no Congresso Nacional, e isso, acrescentou, certamente facilitará a aprovação pelo governo.

HIPERINFLAÇÃO

Osmundo Rebouças participou ontem da segunda reunião do recém-criado Conselho Superior de Estudos Econômicos e Tributários, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, (FCESP), formado por economistas como João Sayad, Adroaldo Moura da Silva e José Serra. No final do encontro, em entrevista à imprensa, Rebouças disse que com essas medidas, propostas por vários setores da sociedade, "o fantasma da hiperinflação deixará de ser tão aterrador, mas o Brasil poderá conviver, sem problemas, com uma taxa mensal de 40%". Para ele, a criação do BTN fiscal facilitará isso, pois o indexador poderá ser usado em lugar do cruzado novo, para preservar o poder de compra, em vez do dólar, como ocorreu na Argentina.

AE

Rebouças: governo deve aprovar

O relator da reunião na FCESP foi o tributarista Antoninho Marmo Trevisan, ex-titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais, que em nome do grupo elogiou as recentes decisões do governo, de centralizar o câmbio para poupar as reservas, reindexar a economia por meio do BTN e desvalorizar o cruzado novo. "Agora, falta ao governo acelerar o envio ao Congresso do orçamento para 1989, embora tenha prazo até 20 de dezembro. Essa antecipação daria maior margem de segurança aos agentes econômicos e reverteria a expectativa de descontrole", prevê Trevisan.

O conselho considerou, ainda, positiva a elevação das taxas de juros aos níveis necessários para controlar a demanda e se mostrou favorável à vinculação dos preços ao BTN fiscal nas vendas a prazo: "É uma prática melhor que a de estabelecer juros com base superestimada na inflação futura", explicou Trevisan.